



FIC – FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA
CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANA LAURA DE PAULA LANA
MARLIO RAMOS TAVARES
MAYARA SILVA PEREIRA

**ASSIMETRIA INFORMACIONAL RELACIONADA AO DISCLOSURE
AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO DA VALE S.A - 2008 à 2015**

FIC – CARATINGA / MG

2017

ANA LAURA DE PAULA LANA
MARLIO RAMOS TAVARES
MAYARA SILVA PEREIRA

**ASSIMETRIA INFORMACIONAL RELACIONADA AO DISCLOSURE
AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO DA VALE S.A - 2008 à 2015**

Pesquisa apresentado ao curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Caratinga, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Professor Manoel Richardson Grilli.

FIC – CARATINGA / MG

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Assimetria informacional relacionada ao Disclousre ambiental: Um estudo de caso da Vale S. A., elaborado pelo(s) aluno(s) Ana Laura de Paula Lana, Marlio Ramos Tavares e Mayara Silva Pereira foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceito pelo curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS das FACULDADES DOCTUM CARATINGA, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

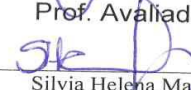
Caratinga 11 de Dezembro de 2017



Manoel Richard Grilli
Prof. Orientador



Aucioné Aparecida Guimarães
Prof. Avaliador 1



Sílvia Helena Martins
Prof. Examinador 2

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Reconhecimento e premiações.....	32
Tabela 2 – Recursos aplicados por categoria.....	34
Tabela 3 – Evidenciação Ambiental de 2008 a 2015.....	35
Tabela 4 – Percentuais de dispêndios voluntário de 2008 a 2015.....	37

RESUMO

Este artigo tem como estudo de caso a Mineradora Vale S.A, uma das maiores empresas da indústria de mineração e metais. O objetivo da pesquisa concentra-se em abordar a importância das evidenciações contábeis, o Disclosure Ambiental Voluntário, e assim, da contabilidade, mencionando-os como instrumentos gerenciais oportunos para geração de receitas e minimização de custos. Em seu contexto, visa-se ainda, evidenciar a importância do Disclosure para a minimização de perdas, e assim, para as tomadas de decisões, priorizando, portanto, a transparência de informações. A metodologia utilizada baseia-se em um estudo de caso da Mineradora Vale S.A e está pautada em um levantamento de dados, concretizando, deste modo, uma pesquisa de cunho qualitativo e exploratório. A relevância se dá mediante a análise da Assimetria Informacional relacionada ao Disclosure Ambiental da Vale S.A, promovendo, portanto, uma reflexão sobre o papel da contabilidade.

Palavras-chave: Disclosure Ambiental. Contabilidade. Provisões.

ABSTRACT

This article has as a case study the mining company Vale SA, one of the largest companies in the mining and metals industry. The purpose of the research is to address the importance of accounting disclosures, Voluntary Environmental Disclosure, and thus accounting, as appropriate management tools for revenue generation and cost minimization. In its context, it is also intended to highlight the importance of Disclosure to minimize losses, and thus, to make decisions, thus prioritizing the transparency of information. The methodology used is based on a case study of Vale S.A mining company and is based on a data survey, thus materializing a qualitative and exploratory research. The relevance is given through the analysis of the Informational Asymmetry related to the Environmental Disclosure of Vale S.A, thus promoting a reflection on the role of accounting.

Keywords: Environmental Disclosure. Accounting. Provisions.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 Conceito Econômico da externalidade	9
2.2 A Contabilidade como ferramenta de Gestão Ambiental.....	10
2.3 Disclosure Ambiental e as Demonstrações Contábeis.....	14
2.4 A responsabilidade Ambiental/Social e o retorno das ações.....	17
2.5 A Teoria da Legitimidade e o papel do Contador frente às evidenciações contábeis	20
2.6 Disclosure de provisões, ativo e passivo contingente	24
2.7 Metodologia	26
3. VALE S.A: O DISCLOSURE AMBIENTAL E A ANÁLISE DA ASSIMETRIA INFORMACIONAL	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

No dia 05 de novembro de 2015 uma tragédia envolvendo a Mineradora Samarco S/A, atualmente controlada através de uma *joint-venture* entre a Vale S.A e a anglo-australiana BHP Billiton, ocasionou o rompimento da barragem de Bento Rodrigues, no município de Mariana-MG.

Esse acontecimento gerou grande repercussão no Brasil e no mundo. Inúmeros prejuízos foram totalizados, resultando impactos no setor ambiental, social e econômico, evidenciando a problematização : Houve evolução no *disclosure* das relações ocorridas entre a empresa Vale S.A. e o meio ambiente no período de 2008 à 2015?

Visando responder a esse questionamento buscou-se concretizar esse estudo, demonstrando que tais dados tornam-se imprescindível frente à tomada de decisão, reduzindo, deste modo, os possíveis riscos de perdas para os acionistas e acredita-se que muitos gestores já estão utilizando estatísticas e ferramentas contábeis para auxiliá-los no gerenciamento das empresas, maximizando a produção e, assim, os lucros.

Portanto, este artigo tem como estudo de caso a Mineradora Vale S.A, uma das maiores empresas da indústria de mineração e metais. Está presente em 13 estados brasileiros e em 32 países, nos cinco continentes, a Companhia é líder mundial na produção e comercialização de minério de ferro e pelota, além de possuir as maiores reservas de níquel do planeta. A Vale também é produtora global de concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas. (VALE, 2006).

O objetivo desse estudo é abordar a importância das evidenciações contábeis, o Disclosure Ambiental Voluntário, e assim, da contabilidade, mencionando-os como instrumentos gerenciais oportunos para geração de receitas e minimização de custos, observando-se, assim, se houve evolução do disclosure relacionado aos dispêndios ambientais da Vale S.A em seus relatórios e Demonstrativos Contábeis.

O desenvolvimento dessa pesquisa busca mostrar a importância do Disclosure para a minimização de perdas, e assim, para as tomadas de decisões. A gestão de uma empresa deve priorizar a transparência, divulgado relatórios precisos e capazes de promover o sucesso empresarial baseado na sustentabilidade.

Com o desastre de Mariana-MG surgiu a curiosidade sobre a evolução do disclosure da empresa Vale. S.A com o meio ambiente, observando-se, portanto, as Demonstrações Contábeis dessa empresa.

Beets e Souther (1999) afirmam que muitas empresas estão mais suscetíveis às preocupações dos investidores e estão emitindo voluntariamente relatórios ambientais periódicos, independente de relatórios financeiros anuais, contudo, acredita-se que é importante verificar a veracidade dessas informações que compõem o disclosure.

A pesquisa está organizada em subtítulos que mencionam dentre outros aspectos, a importância da contabilidade como ferramenta de Gestão Ambiental e o conceito econômico da externalidade.

O desenvolvimento da pesquisa aborda ainda, a relação existente entre disclosure e demonstrações contábeis, e enfatiza a importância do profissional contábil como um instrumento de organização, evidenciação e sucesso empresarial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO ECONÔMICO DA EXTERNALIDADE

O que se pretende com essa pesquisa é analisar possíveis fatores que possam interferir no sucesso de uma empresa, e para tanto, acredita ser importante um estudo voltado para o conceito econômico da externalidade.

Segundo Hunt (1981) sempre que a utilidade para um indivíduo não seja uma questão puramente pessoal, individual, quer dizer, sempre que a utilidade para uma pessoa seja afetada pelo consumo de outras pessoas (ou pela produção das firmas), estes efeitos interpessoais são chamados de “externalidades”.

Para Baumol e Oates (1993), a externalidade está presente sempre que a utilidade ou a produção de um agente “X” inclui variáveis reais (não-monetárias) em quantidades determinadas por terceiros que não devotam uma especial atenção com o bem-estar de “X” e não o compensam pelos efeitos de suas atividades. Isto é, os efeitos das atividades de produção e consumo que não se refletem diretamente no mercado, podendo causar importantes desvios neste mercado.

Talvez a maior dificuldade da Contabilidade em reconhecer as externalidades ecológicas seja a limitação de suas técnicas em contemplar apenas os fatos medidos financeiramente. Esta particularidade complica ainda mais o reconhecimento das externalidades ecológicas na apuração dos resultados. Está claro que as atividades da empresa provocam reflexos no meio ambiente natural, mas não se sabe, na maioria das vezes, como se dá ou a intensidade desses efeitos, inibindo a atribuição de valores (Bursztyn, 1994).

Para Serôa da Motta (1997) as externalidades positivas, *benefícios externos*, deveriam ter preços positivos por representarem benefícios não apropriadamente pagos. Já as externalidades negativas, *custos externos*, deveriam ter preços negativos por significarem perda de utilidade principalmente àqueles de cunho ambiental.

De acordo com Ferreira (1998, p.17), a primeira dificuldade para o reconhecimento das externalidades ecológicas na Contabilidade é entender seus reflexos na empresa. Alguns conceitos já estão sendo apresentados por pesquisadores da área, um deles trazendo a *externalidade* como o fato inquestionável de que qualquer atividade afeta, de modo favorável ou desfavorável, outras atividades ao longo do processo produtivo.

Varian (2000, p. 616) afirma que os problemas com as externalidades aparecem devido A. dificuldade de se definir os direitos de propriedade.

Segundo Braga (2007 apud NASCIMENTO et. al., s/d, p.2) Durante muito tempo as empresas preocupavam-se com a redução de custos minimizando a importância da correta manipulação dos resíduos. Porém, as empresas que pretendem prosperar devem estar atentas a todo tipo de problema ambiental, já que parte das agressões ao meio ambiente decorre das atividades de produção e consumo resultando nas chamadas externalidades ambientais.

As externalidades podem ser positivas ou negativas, e de acordo com DERANI (2007, p.57), "os efeitos positivos (a fábrica instala-se numa cidade pequena e gera maior movimentação econômica no local) ou negativos (a mesma fábrica polui o rio que margeia o município, tendo em vista não haver legislação de proteção ambiental que a impeça de fazer isso)."

Santos (2010, apud NASCIMENTO et al., s/d, p.2) menciona que muitas dessas agressões, tendem a diminuir quando as empresas que se preocupam em associar o desempenho dos seus negócios ao meio ambiente buscam incluir a vertente ambiental em suas estratégias empresárias, ordenando que nenhum produto seja arquitetado, produzido ou comercializado sem levar em conta os possíveis danos ao meio ambiente.

Padilha (2010) aponta que a produção de resíduos é decorrência das falhas do mercado econômico, denominadas "externalidades", pois geram prejuízos suportados por terceiros, alheios ao processo econômico, em decorrência do uso de determinados recursos naturais. O objetivo do princípio do poluidor-pagador significa promover a "internalização" do custo ambiental, transformando a externalidade negativa, num custo privado, pois não é possível admitir-se a socialização do prejuízo e a privatização dos lucros.

Segundo Rivas (2014, p.61), o conceito das externalidades é "custos ou benefícios secundários, de consequência involuntárias, ou involuntários efeitos colaterais (benefícios ou prejudiciais) associados às transações de mercado."

2.2 A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL

Spitzer e Elwood (1995) mencionam que o objetivo da contabilidade ambiental é aumentar o volume de informação relevante do que é feito ambientalmente para

aqueles que necessitam e que podem usar tais informações. O sucesso da contabilidade ambiental está sujeito a uma correta classificação de todos os eventos ambientais praticados na organização.

Segundo Cajazeira (1998, p. 3), existem diferentes razões para as empresas adotarem o sistema de Gestão ambiental. As indústrias estão sob vários tipos de pressão como: financeiras, seguros, legislação, sociedades, governos, etc. A implantação de um sistema de gestão ambiental e a obtenção do certificado da norma ISO 14000 está se tornando uma exigência de fato, para as transações comerciais nacionais e internacionais.

Franco (1999; p. 38) enfatiza que empresas que protegem o meio ambiente são bem vistas pelo consumidor e por investidores, já havendo, em alguns países, fundos especializados em investir em empresas que protegem o ambiente. Esses fundos têm crescido e apresentado rentabilidade, porque as empresas são também mais lucrativas.

Para Queiroz (2000 apud ANDRADE, SANTOS, CÉZAR, 2015, p.326) a contabilidade interpreta, analisa, identifica, registra as operações das entidades, buscando soluções para amenizar os impactos surgidos de ações tomadas por elas, visando assim uma sustentabilidade financeira e ambiental.

De acordo com Pizzolato (2000) a Contabilidade costuma ser chamada de linguagem da empresa. Trata-se de um sistema de coletar, sintetizar, interpretar e divulgar, em termos monetários, informações sobre uma organização. Como qualquer outro sistema de informação, a Contabilidade passa por contínua evolução na busca de aperfeiçoamento de seus métodos e processos.

Negra (2001) descreve as Ciências Contábeis, como uma ciência social e, portanto da relação entre o homem e sua riqueza, deve criar mecanismos de registro, análise e interpretação dos fenômenos resultantes das ações contra o meio ambiente.

Iudícibus; Marion (2002) abordam que a Contabilidade surgiu basicamente da necessidade que havia em mensurar, acompanhar a variação e controle de suas riquezas. A contabilidade surgiu em função do homem proprietário de um patrimônio, que de posse das informações contábeis, passa a conhecer melhor sua saúde econômica e financeira. E para a obtenção das melhores tomadas de decisões, houve toda uma evolução dos aspectos relacionados aos cenários contábeis.

Otto e Dalmagro (2015 apud ANDRADE, SANTOS, CÉZAR, 2015, p.328) mencionam que contabilidade pode ser definida como uma ferramenta que contribui na análise dos recursos e resultados obtidos, auxiliando na tomada de decisão.

De acordo com Kraemer (2002, p. 72), a contabilidade, como sistema de informação, deve informar todos os dados decorrentes da atividade da empresa, inclusive os dados que envolvem o meio ambiente, ajudando a administração na tomada de decisões.

Ferreira (2003) aponta que a Contabilidade Ambiental não é outra contabilidade; todos os eventos econômicos ou fatos contábeis relativos a ações realizadas pela Entidade que, por consequência, causem impacto ao meio ambiente, devem ser reconhecidos e registrados pelo sistema contábil. E quando houver, o Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado são as peças contábeis adequadas para evidenciar como essa questão está sendo tratada pela organização.

A contabilidade ambiental ainda é retrata por Ferreira (2003) como algo extremamente importante para uma organização, contudo, o fato de uma empresa poluir não é necessariamente suficiente para ela decidir cuidar do meio ambiente. Este fato está vinculado [...] se existem restrições legais para a existência dessa poluição; se essa poluição está causando prejuízos a terceiros que podem solicitar indenizações; se começa a haver restrições de mercado sobre produtos fabricados por ela que poluam o meio ambiente.

Neste sentido, de acordo com Paiva (2003 apud LEITE et al., 2016, p.2) a Contabilidade tem como função primordial o acompanhamento das atividades econômicas, no papel de mensuradora e relatora da situação patrimonial das empresas aos principais usuários das informações contábeis, administrativas, econômicas, sociais e ambientais, acompanhando sua evolução no decorrer do tempo.

E como um dos objetivos da pesquisa é analisar se houve evolução do disclosure relacionado aos dispêndios ambientais da Vale S.A, é interessante que se estabeleça uma relação entre a contabilidade ambiental e a veracidade desses relatórios.

E seguindo esse pressuposto, Tinoco e Kraemer (2004), defendem que as questões ambientais, ecológicas e sociais, hoje presentes nos meios de comunicação, vêm fazendo com que os contadores e os gestores empresariais passem a considerá-las nos sistemas de gestão e de contabilidade, dando ensejo ao reconhe-

cimento da Contabilidade Ambiental. Todavia, essa contabilidade é ainda muito pouco utilizada nas empresas, mesmo no contexto mundial.

Assim, Crepaldi (2004) a Contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica. Mesmo nas economias mais simples, é necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros.

Para Tinoco (2004) a contabilidade ambiental destaca em particular os gastos e as ações ambientais que decorrem das atividades operacionais das empresas, ao reconhecerem a existência de compromissos com o meio ambiente; aborda, ademais, o tratamento dispensado aos eventos ambientais do processo produtivo, além de focalizar medidas preventivas que contribuam para um reforço de sua imagem perante a opinião pública, e para ajudá-las a evitar problemas legais futuros.

Contudo, Ribeiro (2005 apud ANDRADE, SANTOS, CÉZAR, 2015, et al., 2015, p.324) aponta que a contabilidade ambiental não é obrigatória para as organizações e só existirá se elas quiserem transparência das informações ambientais para com a sociedade, demonstrando que têm preocupações e compromissos com a preservação do meio ambiente, diferentemente da contabilidade financeira (tradicional), em que as organizações têm a obrigação de ter seus demonstrativos contábeis divulgados, nem que seja somente para fins fiscais.

Deste modo, Ferreira (2006 apud LEITE et al.2016, p.69), deixa claro que a Contabilidade Ambiental é um conjunto de informações que relatem adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade sobre o meio ambiente, que modifiquem seu patrimônio. Esse conjunto de informações não é outra contabilidade, e, sim, uma especialização.

Portanto, assim, como enfatizam Ferreira (2006), Paiva (2003) e Tinoco e Kramer (2011) e outros, a Contabilidade Ambiental não se constitui em uma nova contabilidade.

Ribeiro (2005 apud ANDRADE, SANTOS, CÉZAR, 2015, p.324) ainda completa, dizendo que, a contabilidade, através de suas técnicas, pode auxiliar os gestores da organização em suas tomadas de decisões sobre impactos ambientais e sociais na localidade em que a empresa esteja inserida. A contabilidade participa no registro de eventos ambientais que causam impactos no meio ambiente e consequentemente no resultado contábil e financeiro das empresas.

Tinoco e Kraemer (2011 apud LEITE, et al.,2016, p.3) caracterizam a contabilidade como um veículo adequado para divulgar informações sobre o meio ambiente.

[...] A não inclusão dos custos, despesas e obrigações ambientais distorcerá tanto a situação patrimonial como a situação financeira e os resultados da empresa.

Martendal (2013 apud ANDRADE, SANTOS, CÉZAR, 2015, p.326) cita que a contabilidade interage com os gestores das empresas. Os profissionais da área contábil podem contribuir para os investimentos na gestão dos recursos naturais atuando diretamente nos relatórios e com o adequado conhecimento sobre o assunto. Investir ou não no meio ambiente, trata-se de uma decisão tanto de cunho financeiro, quanto ético-social, estando os contadores diretamente envolvidos nestas decisões e mensurações dos ativos investidos para a obtenção do retorno esperado pelos gestores.

2.3 DISCLOSURE AMBIENTAL E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Santos A.R.P; Rocha A; Santos, E.C.A; Santos R.G (s/d) relatam que com o aumento da exploração dos recursos naturais de maneira descontrolada, e a poluição seguindo na mesma proporção, causando a escassez de tais recursos, tem crescido o número significativo de empresas que adotaram a contabilidade ambiental, pela sua importância como meio de controle na utilização de métodos desenvolvidos para identificar, e monitorar as informações contábeis que refletem no patrimônio da empresa

Para Dowling e Pfeffer (1975) a busca das empresas para adotar medidas que legitimem suas atividades e, por sua vez, manter o “contrato social” requer uma postura denominada de legitimação organizacional, ou seja, a empresa tentará estabelecer uma congruência entre os valores da sociedade e as ações adotadas pela organização.

Conforme Welker (1995) o *disclosure* possui uma influência positiva sobre a liquidez das ações da empresa no mercado de capitais. Isso ocorre, pois, na ausência de informações, investidores se protegem contra o problema da seleção adversa diminuindo o preço que estão dispostos a pagar pelos títulos, o que reduz a possibilidade de negociação e conseqüentemente a liquidez das ações.

Ribeiro & Martins (1998) dizem que as demonstrações contábeis podem ser o canal adequado para as evidências. A adição das informações de natureza ambiental viria a enriquecer tais demonstrações, como também permitiria aos usuá-

rios melhores condições de acesso à informação para avaliar os investimentos ambientais comparativamente ao patrimônio e aos resultados no período.

Hendriksen;Breda (1999) defendem que o disclosure ou evidenciação contábil representa a divulgação de informações de natureza financeira de uma entidade em dado período, normalmente anual, dentro de relatórios financeiros.

Segundo Parsa e Kouhy (2001), as empresas passaram o divulgar o disclosure com o objetivo de promover informações sobre suas atividades, visando legitimar seus comportamentos e ações, projetando seus valores e suas ideais aos usuários externos da empresa, apresentando o diferencial aos seus diversos usuários, para que possam analisar acompanhar, o desempenho e o comportamento da organização durante os anos.

De acordo com Nossa (2002, p.16) para conseguir desempenho e lucratividade, tornou-se necessário que as organizações expandissem o atendimento à demanda de informação ambiental. As empresas devem ser capazes de convencer os mercados de que seus desempenhos e práticas ambientais não são danosos para sua lucratividade nem para o meio ambiente.

Por outro lado, quando a empresa divulga voluntariamente uma informação, assume-se que os benefícios dessa divulgação superam seus custos (VERRECCHIA, 2001), contudo, vale ressaltar a necessidade de transparência nessas informações.

Contudo, Marion (2002) relata que recentemente, num programa de treinamento os empresários do interior de São Paulo, procuraram transmitir algumas técnicas de Administração financeira com base nas demonstrações contábeis. No final do curso, alguns empresários nos procuraram elogiando as técnicas expostas, mas lamentando sua inaplicabilidade, pois as demonstrações de suas respectivas empresas estavam distantes da realidade econômico-financeira da empresa.

Para Paiva (2003 apud LEITE et al.2016, p.3) um dos papéis mais importantes da Contabilidade é o da evidenciação, cabendo a ela “reportar as atividades da empresa por meio dos demonstrativos publicados, relatando inclusive os principais fatos não evidenciáveis nos demonstrativos tradicionais.

Para Goulard (2003, p.30), disclosure ou evidenciação “pode ser definido como a divulgação por parte das empresas, de todas as informações, positivas e negativas, que tenham relevância para os usuários da informação.”

Paiva (2003) salienta que o caráter global da maioria das empresas sugere que estas devam deixar transparecer certo grau de preocupação e de amadurecimento demonstrando a presença de uma consciência ambiental, e é por meio da evidenciação que isso vem a se tornar público.

Para a NBC T 15 – Conselho Federal de Contabilidade (2004 apud LEITE et al., 2016, p.4) , os relatórios de informes ambientais devem apresentar investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais; com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; dentre outros.

Segundo Lins e Silva (2007 apud DIAS et al., 2014, p.4), os relatórios ambientais servem para a empresa demonstrar aos seus usuários o que está sendo feito para melhoria e manutenção do bem estar da sociedade e do meio ambiente, independentemente dessas informações serem voluntárias ou não.

Os administradores e gestores tomam suas decisões através das informações contábeis obtidas com os relatórios financeiros e gerenciais, estes devem fornecer informações úteis, devendo ser compreensivas, claras e objetivas, caracterizando assim a contabilidade. (LOPES, et al., 2007)

Lins e Silva (2007) mencionam que o disclosure representa um importante meio de comunicação sobre o desempenho de uma empresa aos seus interessados: acionistas, credores, órgãos de supervisão e controle, governo, empregados. Por esse motivo, o disclosure possui papel essencial na redução da assimetria de informação entre os gestores e aqueles que possuem interesses na empresa, especialmente investidores.

Portanto, percebe-se que, para que os interessados no disclosure ambiental possam utilizar as informações para subsidiar suas decisões, é necessário um sistema de gestão ambiental eficiente. Este deve ser capaz de gerar informações para os diversos grupos tomadores de decisão, com o grau de detalhamento compatível com a relevância do tema, levando em consideração a tempestividade dos eventos (BRAGA; PINHO, 2007).

Segundo Monteiro (2008 apud DIAS et.al., 2014, p.4), ao longo das últimas décadas, a comunicação de caráter socioambiental tem despertado o interesse não só dos distintos *stakeholders*, que cada vez mais exigem informação dessa natureza para a tomada de decisão, mas também, dos pesquisadores na área de contabilidade social e ambiental, em particular na linha de evidenciação de informações.

Segundo Ludícibus (2009), o termo disclosure (evidenciação) está atrelado aos objetivos da contabilidade, uma vez que se fornecem diferentes informações a variados usuários.

Ludícibus (2006, apud DIAS et al., 2014, p.4), menciona que a evidenciação é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. Contudo, observa-se que os autores destacam que as evidenciações devem estar em consonância com os princípios contábeis, tornando-se um meio de comunicação entre a empresa e os usuários dessas informações.

Portanto, o Instituto Brasileiro de Contabilidade - IBRACON através da NPC 27 (apud VASQUES, LUZ, 2015, p.92.) aponta que as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Segundo Santos (2011 apud LEITE et al. 2016,p.2) , a falta de evidenciação de informações ligadas ao *disclosure* ambiental impossibilita ao usuário externo fazer análises relativas à situação financeira, econômica e patrimonial vinculada a esses assuntos.

2.4 A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL/SOCIAL E O RETORNO DAS AÇÕES

Sucupira (2000) diz que torna-se fundamental que as organizações assumam não só o papel de produtoras de bens e serviços mas também o de responsável pelo bem-estar de seus colaboradores.

Compreende-se que os informes ambientais tornam-se imprescindíveis, e, sobre os dados de informação ambiental Nossa e Carvalho (2003 apud CÉZAR E SILVA JÚNIOR, s/d, p.4) mencionam que muitos estudos de natureza empírica têm mostrado como vem se comportando a evidenciação de informações de caráter ambiental. Geralmente, o assunto *disclosure* ambiental é tratado em conjunto com o *disclosure* social. A maioria dessas pesquisas utilizou-se da técnica de análise de conteúdo para coleta e avaliação dos dados.

Kraemer (2001-2002) explica que as empresas além de desenvolverem novas tecnologias em relação ao processo produtivo sustentável, também angariam

benefícios adicionais com colaboradores e a sociedade, podendo explorar sua vantagem competitiva.

Ao buscar maiores retornos para os investimentos realizados bem como a geração de riquezas para os sócios ou acionistas, os gestores das empresas têm também oportunidade e se valer da Contabilidade Ambiental para demonstrar à sociedade e aos usuários da informação (*stakeholders*) a relação da empresa com o meio ambiente, por meio de relatos de seus eventos passados, suas operações do presente e seus planos e metas para o futuro (PAIVA, 2003 apud LEITE et al.2016, p.2).

Lourenço e Schroder (2003) complementam que, cada dia que se passa, o mercado fica mais exigente e o consumidor mais informado, de forma que, busquem cada vez mais por empresas e produtos que dão destaques a valores ambientais.

É notório que neste novo patamar de mercado responsável, as empresas não devem somente seduzir seus clientes, mas também funcionários, fornecedores, stakeholders e a sociedade de modo geral, gerando vantagem sobre a concorrência (CAMPANHOL; ANDRADE; ALVES, 2003).

Porém, é necessário compreender que, as empresas têm algumas razões básicas para adotar a Contabilidade Ambiental. Entre essas razões está a Gestão Interna, as Exigências Legais e também a Demanda de Parceiros Sociais. Dessa forma, as empresas visam relacionar a gestão ambiental e seu controle, objetivar a redução de custos e despesas operacionais e melhorar a qualidade dos produtos, as empresas necessitam ter controle dos riscos ambientais para se livrar de multas e indenizações, além das empresas estarem submetidas a sofrer pressões dos clientes, empregados, organizações ecológicas, seguradoras, comunidade local, acionistas, bancos e investidores. (TINOCO, KRAEMER, 2004 apud ANDRADE, SANTOS, CÉZAR, 2015, p.329).

Segundo Vellani e Ribeirão (2006) o desenvolver sustentavelmente, significa promover o desenvolvimento econômico juntamente com a preservação do meio ambiente, satisfazendo as necessidades da sociedade presente sem comprometer os recursos das sociedades futuras.

De acordo com Ribeiro (2006 apud DIAS, 2014, p.4), mesmo que a empresa esteja executando medidas voltadas à qualidade ambiental, aos olhos da sociedade carente dessas medidas, não basta a empresa executá-las; é preciso que sejam divulgadas, para que suas ações sejam refletidas e para que a sociedade assuma seu

papel fiscal de controle e acompanhamento. A informação relativa a qualidade ambiental pode ao mesmo tempo beneficiar ou prejudicar a imagem da empresa, dependendo das suas ações. Por que, ao captar recursos do meio ambiente, sejam estes renováveis ou não, a organização utiliza-se do patrimônio da humanidade.

Conforme Vellani e Ribeiro (2006) iniciativas ambientais além de trazer o cliente consciente para junto da empresa, também possibilita que as novas gerações desfrutem dos recursos ambientais, mas é notório observar que estes projetos ainda não são praticados pelos escritórios de contabilidade e seus clientes.

Em 2005, a Bovespa, em conjunto com várias instituições – ABRAPP, AN-BID, APIMEC, IBGC, IFC, Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente – decidiram unir esforços para criar um índice de ações que fosse um referencial para os investimentos socialmente responsáveis, o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial. O ISE se propõe a refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial atuando como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro. (BOVESPA, 2007 apud NOSSA et al. 2009, p.124).

Para César e Silva Júnior (2008), quando a organização obtém retorno financeiro positivo, ela procura agir de forma socialmente responsável contribuindo para a construção de uma sociedade melhor. Deste modo, surge uma relação de causalidade circular, entre a organização e a sociedade, e assim, uma contribui para viabilizar a outra de forma interdependente e constante, em que o lucro viabiliza a responsabilidade social e esta viabiliza o lucro.

Silva et al., (2009) explicam, que a contabilidade ambiental assume a função de manutenção desta responsabilidade, pois além de proporcionar informações em termos monetários, também fornece em contrapartida ações de conservação e preservação do bem maior da humanidade, o meio ambiente, e para que esta função seja bem desempenhada, o contador também deve exercer sua parcela de responsabilidade ambiental.

Porém, assim, como afirma Nossa et al. (2009, apud ANDRADE, SANTOS, CÉZAR, 2015, p.326), “A decisão de investir em um ou outro projeto social/ambiental fica a critério do gestor.”

Rover (2013), ao pesquisar os efeitos do disclosure socioambiental sobre o custo de capital próprio de companhias abertas brasileiras, ressalta que um fraco desempenho em responsabilidade social e ambiental pode ser danoso para a repu-

tação da empresa. Nesse sentido, a adoção e a divulgação de políticas ambientais tornam-se estratégias eficientes para o fortalecimento da imagem institucional.

2.5 A TEORIA DA LEGITIMIDADE E O PAPEL DO CONTADOR FRENTE ÀS EVIDÊNCIAS AMBIENTAIS

Segundo Zarowin (1997,) as formas dos contadores se prepararem para os desafios que possam vir a surgir nas empresas incluem os seguintes aspectos: (1) desenvolver habilidades de um facilitador; (2) posicionarem-se não apenas como um contador, mas como um profissional do conhecimento; (3) ser um usuário das informações do passado e não apenas concentrar-se nelas.

Para que o exercício da profissão contábil torne-se cada vez mais eficiente, é de grande relevância evidenciar perspectivas e tendências para que a classe contábil esteja sempre atenta e preparada para os impactos que o ambiente interno e externo podem causar no seu âmbito de atuação e, com isso, permanecer sempre em sintonia com as novas tendências do mundo globalizado e também contribuir continuamente com as organizações empresariais no apoio a decisões (CREPALDI, 1998).

Franco (1999) menciona a necessidade dos profissionais de contabilidade serem inseridos no contexto de sustentabilidade e atenderem a demanda de informações ambientais, a qual se torna possível utilizando a ferramenta da contabilidade para auferir os resultados das atividades empresariais e sua interação com o meio ambiente.

Não só para o profissional da contabilidade, mas de maneira geral, para todos profissionais o conceito de comprometimento ético respalda eficiência e satisfação profissional e fundamenta sua legitimidade perante a sociedade. O desconhecimento do Código de Ética Profissional gera atitudes que dão origem ao descrédito e estimulam a desvalorização da profissão (FIGUEIREDO; PEDRO E. FABRI, 2000, p.30)

A Teoria da Legitimidade é interpretada, na contabilidade, com relação às informações prestadas pelas empresas à sociedade. Estas empresas podem analisar que é importante a divulgação destas informações e que sofrem pressões de forças sociais para que as expectativas possam ser atendidas, isto por exigência dos consumidores, fornecedores ou por atendimentos regulamentares e legais (IUDÍCIBUS, 2000 apud DIAS et.al, 2014, p.5).

Compreende, deste modo, que:

O profissional de contabilidade, além dos conhecimentos técnicos necessários ao desempenho da atividade, deve conhecer o ambiente interno e externo das organizações, e suas relações de comportamento humano, social e econômico devem ser conscientes e responsáveis, pois as informações emanadas pela contabilidade impactam profundamente a vida econômica e social do país, haja vista as novas formas de expressão da informação contábil, como o Balanço Social e o Passivo Ambiental (FIGUEIREDO; PEDRO E. FABRI, 2000, p.24).

O desenvolvimento acelerado ocorrido nos modelos de produção das organizações empresariais tem provocado discussões na sociedade moderna, relativas à função do contador na gestão dos negócios e, conseqüentemente, quanto ao seu papel no auxílio de resoluções de problemas nas empresas (IUDÍCIBUS; MARION, 2002).

Portanto:

Diante de um leque diversificado de atividades, podemos dizer que a tarefa básica do contador é produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões. Ressalte-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada quase que exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco (IUDÍCIBUS, MARION, 2002, p. 43).

O diferencial de cada profissional contábil não está somente baseado no seu comportamento ético, moral ou sua capacidade intelectual, e sim, em suas demonstrações contábeis. O conhecimento agregado para sua profissão é imenso para ser resumida a terminologia “guarda-livros” ou de deter em cumprir apenas as exigências fiscais. Passa ser um controler de gestão do patrimônio (IUDÍCIBUS; MARION, 2002).

Deste modo, quando o contador tem conhecimento de custos, ele sabe mensurar a margem de contribuição dos produtos, o ponto de equilíbrio da produção, seja ele econômico financeiro e o que se priorizar numa produção. Pode ainda, demonstrar comparações do desempenho real com o esperado, classificar as variações de desempenho e estimativas identificando as causas e os responsáveis pelas variações propondo medidas corretivas (IUDÍCIBUS; MARION, 2002).

Segundo Marion (2003) o contador deve estar no centro e na liderança deste processo, pois, do contrário, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional. Deve saber comunicar-se com as outras áreas da empresa. Para tanto, não pode ficar

com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais. O contador deve também ter formação cultural acima da média, inteirando-se do que acontece ao seu redor, na sua comunidade, no seu Estado, no seu país e no mundo.

Logo, o brilhantismo da profissão contábil está exatamente no fato de que esta pode ser preditiva, ou seja, é capaz de traçar tendências futuras de uma organização, com razoável margem de certeza, baseando-se na análise de fatos pretéritos. Assim sendo, a capacidade do profissional contábil de gerar informações faz surgir todo um ambiente favorável à geração de resultados e ao crescimento da empresa (MARION, 2003).

Silva (2003) completa tais pensamentos, defendendo que o profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais a tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e prever eventos futuros pode ser compreendido como fator preponderante ao sucesso empresarial.

Marion (2003) ainda menciona que não basta ter o diploma de bacharel em ciências contábeis, e sim ter outras habilidades como: conhecer de informática, falar outro idioma, ser criativo, saber trabalhar em equipe, ter equilíbrio emocional, aprender a liderar, motivar, navegar na Internet, boa comunicação, estar pensando sempre em reciclar o conhecimento, ler muito e sempre, dentre outras.

Assim, a contabilidade demonstra uma ligação entre o meio ambiente e as empresas, pois o patrimônio pode ser afetado dependendo da atuação da entidade com o meio ambiente, além de eliminar agressões ao meio, com as ações tomadas pela entidade. (RIBEIRO, 2006 apud ANDRADE, SANTOS, CÉZAR, 2015, p.324)

Deste modo, Albuquerque et al. (2007 apud ANDRADE, SANTOS, CÉZAR, 2015, 324), menciona que a busca por profissionais da Contabilidade que atuam na área socioambiental e que atendam determinações legais que promovam o desenvolvimento sustentável, está cada vez mais sendo requisitada.

Para Dias Filho (2007 apud DIAS, 2014, p.6) a legitimidade pode ser comparada a uma espécie de contrato social firmado entre as empresas e a sociedade demonstrando como os membros perceber que a organização infringiu seu contrato social, a sua saúde empresarial pode estar seriamente ameaçada.

Não percebemos, mas frequentemente estamos tomando diversas decisões: que corte de cabelo usar, que programa assistir, o que fazer no final de semana, enfim, elas partem desde o mais simples até o mais importante, como por exemplo, a

compra de veículo próprio. E se na vida pessoal é assim, a profissional não foge muito dessa realidade, pois as empresas precisam tomar decisões todos os dias, e elas variam no grau de importância, no prazo e também no departamento a que pertencem (MARION, 2007)

No âmbito nacional, assim como no contexto internacional, verifica-se uma ampla discussão acerca dos aspectos socioambiental das empresas, principalmente em se tratando da forma pela qual as ações empresariais socialmente responsáveis vêm sendo divulgadas. Essas discussões são geralmente fundamentadas em algumas abordagens teóricas, destacando-se a teoria do disclosure, Teoria Institucional e a Teoria da Legitimidade, esta última considerada como de maior relevância (SANTOS, 2008 apud DIAS, s/d.5).

De acordo com Islam e Deegan (2008 apud DIAS, 2014, p.6), a Teoria da Legitimidade defende que as empresas devem buscar a contínua certificação de que sua atuação está em conformidade com normas e valores aceitos pela sociedade, bem como assegurar que suas atividades são legítimas.

Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa. Esses interessados, através de relatórios contábeis, recordam os fatos acontecidos, analisam os resultados obtidos, as causas que levaram aqueles resultados e tomam decisões em relação ao futuro (MARION, 2008, p.26)

De acordo com Ribeiro e Martins (2009 apud DIAS, 2014, p.4), o estudo da temática socioambiental em relatórios anuais e demonstrações contábeis não é recente. Em 1976, Belkaoui fez uma pesquisa nos relatórios de 50 empresas dos EUA sobre o impacto da informação sobre as questões ambientais nos preços das ações de empresas listadas na bolsa de valores de New York, sendo um dos pioneiros neste campo de pesquisa.

Segundo Machado, Nascimento e Murcia (2009 apud DIAS, 2014, p.4), sob o contexto da Teoria da Legitimidade, pode-se afirmar que as empresas potencialmente poluidoras são mais pressionadas por parte da sociedade a investir, adotar práticas socialmente responsáveis e divulgá-las, visto que devem buscar novas formas de alcançar legitimidade social.

Maciel, Lagioia, Libonati e Rodrigues (2009) acrescentam que o contador exerce um papel de suma importância, cujo objetivo é incorporar nos relatórios contábeis as informações pertinentes sobre o meio ambiente visando à manutenção do planeta. Desta forma, cabe a contabilidade ambiental divulgar informações relevantes e que afetam o patrimônio da empresa.

Portanto, em consonância com Sá (2010), pode-se dizer que o contador tem sido peça chave dentro das instituições e possui a função de mantê-la saudável, além de manter sadia toda a sociedade.

Segundo Sampaio, Gomes, Bruni e Dias Filho (2012 apud DIAS et al. 2014,p.3), o nível de evidenciação de informações socioambientais aumentou significativamente nos últimos anos, refletindo a crescente preocupação das empresas com questões econômicas, sociais e ambientais.

2.6 DISCLOSURE DE PROVISÕES, ATIVO E PASSIVO CONTINGENTE

Para Ribeiro (1992, p.103) as contingências ambientais passivas refletem os riscos a que a empresa está sujeita, visto a dependência de um evento futuro que poderá ocorrer ou não.

Deste modo, acredita-se que a divulgação das informações relativas a custos e passivos ambientais é importante para esclarecer ou explicar a obtenção do resultado, como também das contas do Balanço Patrimonial. Para decidir o que deve ser divulgado é preciso examinar a relevância da informação, levando em consideração a importância quantitativa e do tipo de informação (UNCTAD/ISAR, 1997, p.13).

Disclosure de provisões, ativo e passivo contingente devem ser analisados, para que se concretize uma relação entre a realidade da empresa e aquilo que é informado em seus relatórios, verificando-se, portanto, a assimetria de informações.

Os passivos ambientais devem ser constituídos pela expectativa de sacrifício de benefícios futuros impostas por legislações e regulamentações ambientais em decorrência de ressarcimento a terceiros por danos provocados. Enfim, todos os compromissos que impliquem o provável consumo de recursos futuros para fazer face às obrigações decorrentes de questões ambientais. (RIBEIRO, 1998 apud ANDRADE, SANTOS, CÉZAR, 2015, p.329)

Quanto ao Ativo, Marion (2002, p. 53), o define como “todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros”.

Isso nos faz perceber que a importância da evidenciação tem se destacado em diversos discursos econômicos e empresariais, e, deste modo, Malaquias e Lemes (2013, p. 86) abordam que “o nível de evidenciação fornecido pelas empresas em seus relatórios contábeis tem se mostrado como uma variável interessante para estudos acadêmicos”, o que torna ainda mais interessante a natureza dessa pesquisa.

Conforme Menezes, Arruda, Cabral e Santos (2014, p. 3):

As atividades empresariais e suas influências no meio ambiente são questões discutidas crescentemente em âmbito mundial. Com isso, a necessidade de divulgação das atividades ambientais por parte das organizações torna-se cada vez mais importante para os *stakeholders* (MENEZES et al. 2014, p.3)

Deste modo, percebe-se uma exigência cada vez maior do mercado financeiro por uma divulgação mais adequada dos assuntos ambientais, que dizem respeito não somente ao meio ambiente, mas também à matéria financeira e econômica das organizações (FERREIRA; BORBA; ROSA, 2014). Tais exigências nos fazem analisar de maneira mais criteriosa e reflexiva sobre os ativos e passivos contingentes e as possíveis alterações do disclosure de provisões.

Neste aspecto, vale considerar que em consonância com Ferreira, Borba e Rosa (2014, p. 136), “para a corporação ter reputação, tanto no aspecto social quanto no ambiental, é importante que transmita transparência e confiabilidade nas ações”.

Nota-se ainda, que:

Para a classificação dos passivos contingentes, são utilizados os termos: provável, possível e remota. Se um evento for considerado como sendo provável que ocorra, então o mesmo deve ser reconhecido no balanço patrimonial como passivo, ou seja, ele não é uma contingência, mas sim uma provisão. Essa é a diferença entre contingências e provisões: a sua probabilidade de ocorrência. Caso o evento seja caracterizado como possível de ocorrer, então será somente divulgado qualitativa e monetariamente em notas explicativas. E quando o evento possuir uma chance remota de ocorrer, nenhuma evidenciação é exigida, nem qualquer reconhecimento (FERREIRA et al. 2014, p.138)

Portanto, considera-se necessário fazer um estudo que aborde a importância do Ativo e Passivo Contingente, que segundo Melo, Oliveira e Pordeus (2015, p. 4) “decorre do grau de responsabilidade da empresa com todos os sacrifícios necessários que foram contraídos de obrigações legais, construtivas e justas”.

Esses autores ainda mencionam que o Passivo Ambiental:

Origina-se de eventos ou transações, nas quais a empresa deverá sacrificar seus recursos econômicos para diminuir futuros impactos ou, surge a partir do momento que as empresas poluem ou degradam o meio ambiente, cujo sacrifício de recursos se dará no futuro (MELO et al. 2015, p.4).

Essas transações tornam-se determinantes frente aos impactos ambientais e amenizam os desafios relacionados a perdas e danos, como os decorrentes do rompimento da barragem de Marina-MG.

2.7 METODOLOGIA

A metodologia utilizada baseia-se em um estudo de caso da Mineradora Vale S.A e está pautado em levantamento de dados, concretizando, deste modo, uma pesquisa de cunho qualitativo e exploratório.

Pode-se dizer que a pesquisa é qualitativa, pois, considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados. (GODOY, 1995).

Também é exploratória, visto que se utilizou como base as informações contidas nas demonstrações Contábeis e demais relatórios da Vale S.A que foram enviados à Bolsa de valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), relativos ao período de 2008 a 2015.

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve levantamento bibliográfico, que por sua vez foram utilizados no decorrer da pesquisa; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Os relatórios e demais fontes de pesquisa foram analisados de forma criteriosa, apontando a possível evolução do Disclosure Ambiental da Vale S.A, no que se refere o período de 2008 a 2015.

3. VALE S.A: O DISCLOSURE AMBIENTAL E A ANÁLISE DA ASSIMETRIA INFORMACIONAL

Para se consolidar resultados precisos, faz-se necessária uma análise das informações ambientais emitidas pela Vale.S.A, e a contabilidade torna-se imprescindível, pois, é de extrema importância que essas informações sejam evidenciadas de maneira fidedigna, oportunizando uma relação coerente entre a situação da empresa e os relatórios emitidos.

Porém, nota-se que muitas informações não se confirmam nas Demonstrações contábeis, o que sugere possíveis problemas relacionados a Assimetria Informacional que conforme Akerlof (1970) pode levar a empresa ao colapso do mercado. E a esse problema decorrente da existência de assimetria informacional é conhecido como seleção adversa.

Nota-se, portanto, que o *disclosure* possui uma influência positiva sobre a liquidez das ações da empresa no mercado de capitais. Isso ocorre, pois, na ausência de informações, investidores se protegem contra o problema da seleção adversa diminuindo o preço que estão dispostos a pagar pelos títulos, o que reduz a possibilidade de negociação e conseqüentemente a liquidez das ações (WELKER, 1995).

O que se percebe é que melhores práticas de *disclosure* auxiliam os investidores na estimação do risco e conseqüentemente diminuem a taxa retorno requerida por um investimento (BOTOSAN,1997).

Em consonância com SUCUPIRA (2000) torna-se fundamental que as empresas assumam não só o papel de produtoras de bens e serviços, mas também o de responsável pelo bem-estar de seus colaboradores.

É seguindo esse pressuposto que se nota a importância da Contabilidade, pois, de acordo com Ferreira (2003):

A Contabilidade, como meio de informações das transações e eventos econômicos, passíveis de mensuração, realizados pelas empresas e entidades, não pode ficar à margem das discussões sobre os problemas ecológicos e a busca de meios para resolvê-los. A abordagem social da contabilidade obriga-a a participar ativamente da pesquisa sobre como informar os

eventos realizados pelas organizações que podem afetar o meio ambiente e, concomitantemente, cuidar da mensuração desses eventos (FERREIRA, 2003, p.7).

Conforme Bens e Monahan (2004), um disclosure de melhor qualidade aumenta a precisão das informações sobre as decisões operacionais e de investimentos efetuadas pelos gestores.

Conforme Darós (2006) a transparência das atividades organizacionais é algo que deve partir das companhias, independentemente de uma postura mais rígida ou não do mercado em se apreciar as demonstrações contábeis.

De acordo com Gomes (2006) as organizações não devem divulgar apenas o que estiver estipulado em normas e regulamentos, mas estender a divulgação a toda e qualquer informação necessária para que qualquer entidade empresarial ou individual com interesses na empresa possa ser capaz de construir uma correta visão sobre sua realidade.

A ideia é que o disclosure claro e completo possibilita ao usuário maior confiança na tomada de decisão (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006) amenizando, portanto, impactos sociais e econômicos como os que ocorreram em Marina-MG em novembro de 2015.

A lógica é que a disponibilidade de informações diminui o grau de incerteza dos investidores a respeito dos resultados futuros da empresa (ALENCAR, 2007), e deste modo, a veracidade das informações presentes no disclosure torna-se imprescindíveis.

Compreende-se que em meio às contribuições do profissional contábil, um fator se desponta com notoriedade, ou seja, a sua importância frente à análise das informações contábeis. Esse profissional poderá atuar de maneira determinante no processo decisório da empresa, assegurando, deste modo, a veracidade das informações contidas nos relatórios anuais, amenizando possíveis perdas e danos sociais e econômicos.

Alencar (2007) analisou uma amostra de 50 empresas mais líquidas da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) com dados de cinco anos e verificou que há relação negativa entre o custo de capital e *disclosure*, sendo esta relação mais acentuada para empresas que recebem menor cobertura por parte dos analistas de mercado e possuem estrutura de propriedade mais dispersa.

O autor ainda menciona que a assimetria informacional ocorre uma vez que a disponibilidade de informações diminui o grau de incerteza dos investidores a res-

peito dos resultados futuros da empresa (ALENCAR, 2007). Orens e Lybaert (2008) completam defendendo que como o disclosure reduz a assimetria informacional, investidores e analistas conseguem tomar melhores decisões.

Conforme Relatório de Sustentabilidade emitida pela empresa Vale S.A, em 2008, nota-se um investimento de 678 milhões que foram aplicados na:

- Aquisição e implantação de equipamentos de controle ambiental, voltados a aprimorar o desempenho em operações já existentes;
- Manutenção ambiental e de segurança geotécnica de barragens e pilhas de estéril;
- Reflorestamento e reabilitação de áreas degradadas, que integram o Programa Vale Florestar (VALE S.A., 2008 apud LEITE et al, 2016, p.06).

A pesquisa evidencia como estudo os relatórios emitidos pela Vale S.A no período de 2008 a 2015, e com base nas informações obtidas verifica-se que a empresa mencionada se destacou ao longo desses anos, apresentando reconhecimento e inúmeras premiações, assim, como caracteriza a tabela a seguir:

Tabela 1: Reconhecimento e premiações

ANO	RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES
2008	Relatório de Sustentabilidade 2007 - Reconhecido como Comunicação de Progresso Notável (COP) pelo Pacto Global.
2010	O relatório de Sustentabilidade de 2009 - Reconhecido entre os cinco melhores do Brasil pela <i>Sustainability</i> pela Fundação Brasileira pelo Desenvolvimento Sustentável (FBDS). Única empresa brasileira listada no <i>Carbon Disclosure Leadership Index (CDLI)</i> , ranking do <i>Carbon Disclosure Project (CDP)</i> que avalia qualidade e abrangência nos relatórios empresariais.
2012	Maior pontuação de transparência na avaliação do questionário do <i>Carbon Disclosure Project (CDP)</i> entre as empresas da América Latina.
2013	Maior pontuação de transparência na avaliação do questionário do <i>Carbon Disclosure Project (CDP)</i> entre as empresas da América Latina; Líder em transparência na gestão de carbono, integrando pela quarta vez o índice CDLI (<i>Climate Disclosure Leadership Index</i>); Troféu Transparência 2013, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).
2014	2ª maior pontuação de transparência na avaliação do questionário do CDP entre as empresas da América Latina e pela 5ª vez o índice CDLI (<i>Climate Disclosure Leadership Index</i>).
2015	2ª maior pontuação de transparência na avaliação do questionário do CDP entre as empresas da América Latina; Obteve pela 6ª vez o selo de Ouro do Programa Brasileiro do GHG Protocol; Mantida na carteira de empresas do Índice Carbono Eficiente (ICO2), desenvolvido pela BM&FBOVESPA e BNDES.

(VALE S.A., 2008a, 2010a, 2012a, 2013a, 2014a, 2015 apud LEITE et al., 2016, p.5).

Portanto, premiações e reconhecimento devem ser condizentes com a real situação da empresa, para que assim, se torne possível estabelecer uma relação coerente entre a realidade e os dados que são mencionados nas demonstrações contábeis.

Os relatórios emitidos em 2009 demonstraram de maneira descritiva, que a maior parte do volume de recursos aplicados na área ambiental (US\$ 580 milhões), bem como a maior parte dos recursos do ano anterior, foram destinados às mesmas três linhas de dispêndio, conforme descritas em 2008. (VALE S.A, 2009 a apud LEITE et al.2016, p.6)

No ano de 2010, se pode observar as mesmas preocupações quanto as causas ambientais, visto que a empresa Vale S.A apresentou um investimento de 737 milhões, demonstrando assim, uma evolução nas evidenciações ambientais, que mencionam dentre outras informações a aquisição e implantação de equipamentos, sistemas e processos de controle ambiental, um sistema de gestão dos dados monitorados. (VALE S.A., 2010 apud LEITE et al.,2016, p.6).

Em 2011, os relatórios passaram a ser mais detalhados, e a Vale S.A. informou que, do montante do dispêndio feito para controle e proteção ambiental (US\$ 1,030 bilhão), 70% foram destinados às referidas atividades no Brasil, sendo que 15% representam dispêndios voluntários e 85% custos associados a requisitos legais. Dos 15% de dispêndios voluntários, 94% deles foram destinados à gestão ambiental.

Os relatórios apresentados pela Vale S.A no período de 2011 a 2015 descrevem criteriosamente os dispêndios relacionados ao meio ambiente, assim, como mostram tabela a seguir:

Tabela 2: Recursos aplicados por categoria

	2011	2012	2013	2014	2015
Valor US\$ milhões	1030	1025	1015	864,8	572
	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$
Tipo de dispêndio					
Barragens, diques e pilhas de estéril	28%	27%	28,4%	36,4%	
Emissões atmosféricas	16%	19%	12,6%	8,6%	23,1%
Gestão ambiental	14%	11%	5,8%	7,7%	
Outras categorias	12%	11%	8,1%	12,4%	
Recursos hídricos	9%	12%	12,4%	8,8%	28,1%
Desmobilização e fechamento de mina	8%		1,3%	1,7%	
Recuperação de áreas degradadas e protegidas	6%	7%	4%	3,7%	14,6%
Resíduos	6%	6%	12%	10,1%	13,7%

Estudos ambientais e processos de licenciamento ambiental	3%	1,8%	0,5%	
Remediação de áreas contaminadas	3%	2,3%	2,2%	
Novas tecnologias ambientais	2%	2,3%	0,1%	
Cumprimento de legislação		1,7%	0%	
Programas e condicionantes ambientais		1,5%	3%	
Produtos perigosos		1,4%	1,7%	
Sistema de prevenção de incêndio		1,2%	0%	
Mudanças climáticas e gases de efeito estufa		1%	0,2%	
Educação ambiental		0,3%	1,3%	
Biodiversidade		0,2%	0,4%	
Atendimentos a ocorrências ambientais		0,2%	0,9%	1,8%
Ruídos e vibração		0,1%	0,1%	
Medidas compensatórias			0,2%	
Preparação de respostas a emergências ambientais			0,1%	
Treinamento ambiental			0,1%	
Gestão de sustentabilidade			0,1%	
Conservação ambiental			0%	9,6%

(VALE S.A, 2011, 2012a, 2013a, 2014a, 2015 apud LEITE et al. 2016, p.7-9).

Tais relatórios nos fazem perceber que há uma evolução quanto às informações emitidas pela empresa Vale S.A referente aos dispêndios ambientais no decorrer dos anos de 2008 a 2015, contudo, mediante ao acidente ocorrido em 05 de novembro de 2015 um questionamento quanto a veracidade das informações começa a ser discutido.

Para Bremenkamp et al. (2011, p. 68), “muitos *stakeholders* têm interesse numa adequada evidenciação de dados ambientais relacionados às empresas tais como: ativos ambientais, passivos ambientais, danos causados ao meio ambiente e suas consequências, entre outros”.

E todos esses aparecem descritos nos relatórios de Evidenciação Ambiental, como descreve a tabela de Evidenciação ambiental de 2008 a 2015 (Em milhões de dólares norte americanos):

Tabela 3: Evidenciação Ambiental de 2008 a 2015

Ano	Balanço Patrimonial Consolidado	Nota explicativa
2008	Não consta no relatório anual	Não consta no relatório anual
2009	Depósitos judiciais (ANC) no valor de US\$ 1.143 Provisões com desmobilização de ativos (PC) no valor de US\$ 89 Provisões para contingências (PNC) no valor de US\$ 1.763. Provisões com desmobilização de ativos (PNC) no valor de US\$ 1.027.	Na nota 21 Compromissos e contingências, alínea (b) a composição da provisão para contingências e dos depósitos judiciais consta a rubrica “Outras” com registro de provisão para contingências no valor de US\$ 35 e de depósitos judiciais de US\$ 4. - Na mesma nota, a alínea (f) Provisão para obrigações com desmobilização de ativos, a Companhia explica que utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à desmobilização de ativos.
2010	Depósitos judiciais (ANC) no valor de	Na nota 21 Compromissos e contingências, alínea

	<p>US\$ 1.731 Provisões para obrigações com desmobilização de ativos (PC) no valor de US\$ 75</p> <p>Provisões para contingências (PNC) no valor de US\$ 2.043</p> <p>Provisões para obrigações com desmobilização de ativos (PNC) no valor de US\$ 1.293.</p>	<p>(b) a composição da provisão para contingências e dos depósitos judiciais consta a rubrica "Outras" com registro de provisão para contingências no valor de US\$ 39 e de depósitos judiciais de US\$ 5. - Na mesma nota, a alínea (f) Provisão para obrigações com desmobilização de ativos, a Cia explica que utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à desmobilização de ativos.</p>
2011	<p>Depósitos judiciais (ANC) no valor de US\$ 1.464</p> <p>Provisões para obrigações com desmobilização de ativos (PC) no valor de US\$ 73.</p> <p>Provisões para contingências (PNC) no valor de US\$ 1.686</p> <p>Provisões para obrigações com desmobilização de ativos (PNC) no valor de US\$ 1.697.</p>	<p>Na nota 20 Compromissos e contingências, alínea (b) a composição da provisão para contingências e dos depósitos judiciais consta a rubrica "Outras" com registro de provisão para contingências no valor de US\$ 33 e de depósitos judiciais de US\$ 5. - Na mesma alínea a Companhia explica ainda, que além das contingências provisionadas, também é parte em processos nos quais a expectativa de perda é considerada possível, no montante de US\$ 22.449 de contingências, para os quais não contabiliza provisões. - Na mesma nota, alínea (e) Provisão para obrigações com desmobilização de ativos, a Companhia explica que utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à desmobilização de ativos.</p>
2012	<p>Depósitos judiciais (ANC) no valor de US\$ 1.515</p> <p>Provisões para obrigações com desmobilização de ativos (PC) no valor de US\$ 70</p> <p>Provisões para contingências (PNC) no valor de US\$ 2.065</p> <p>Provisões para obrigações com desmobilização de ativos (PNC) no valor de US\$ 2.333.</p>	<p>Na nota 21 Compromissos e processos judiciais, alínea (b) Processos judiciais, a composição da provisão para processos judiciais e dos depósitos judiciais consta a rubrica "Outras" com registro de provisão para processos judiciais no valor de US\$ 34 e de depósitos judiciais de US\$ 5. - Na mesma alínea, a Companhia explica ainda, que além das contingências provisionadas, também é parte em processos nos quais a expectativa de perda é considerada possível, no montante de US\$ 21.016 de contingências, para os quais não contabiliza provisões. - Na mesma nota, alínea (f) Provisão para obrigações com desmobilização de ativos, a Companhia explica que utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à desmobilização de ativos.</p>
2013	<p>Depósitos judiciais (ANC) no valor de US\$ 1.490</p> <p>Obrigações para desmobilização de ativos (PC) no valor de US\$ 96</p> <p>Provisões de processos judiciais (PNC) no valor de US\$ 1.276</p> <p>Obrigações para desmobilização de ativos (PNC) no valor de US\$ 2.548.</p>	<p>Na nota 18 Obrigações para desmobilização de ativos, a Companhia explica que utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à descontinuação de uso de ativos. - Na nota 19 Provisões para processos judiciais, a Companhia reconhece que, dos US\$ 1.276 de passivos provisionados, US\$ 28 referem-se a provisões ambientais. - Na mesma nota, a Companhia explica que correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias exigidas judicialmente, atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável.</p>

		<p>vel da questão para a entidade. Do montante de US\$ 1.490 contabilizados, US\$ 11 referem-se a Processos ambientais.</p> <p>A Companhia explica ainda, que discute nas esferas administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Dos US\$ 8.622 de passivos contingentes em discussão, US\$ 1.165 referem-se a processos ambientais.</p>
2014	<p>Depósitos judiciais (ANC) no valor de US\$ 1.269 Obrigações para desmobilização de ativos (PC) no valor de US\$ 136</p> <p>Provisões para processos judiciais (PNC) no valor de US\$ 1.282 Obrigações para desmobilização de ativos (PNC) no valor de US\$ 3.233.</p>	<p>Na nota 17 Obrigações para desmobilização de ativos, a Companhia explica que utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à descontinuação de uso de ativos. - Na nota 18 Processos judiciais, alínea (a) Provisões para processos judiciais, a Companhia reconhece que, dos US\$ 1.282 de passivos provisionados, US\$ 92 referem-se a provisões ambientais.</p> <p>Na mesma nota, alínea (b) Passivos contingentes, a Companhia explica que discute nas esferas administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Dos US\$ 10.577 de passivos contingentes em discussão, US\$ 1.122 refere-se a processos ambientais. E, complementa que as reclamações mais significativas referem-se a alegados vícios processuais na obtenção de licenças, não cumprimentos de licenças ambientais existentes ou prejuízos ambientais.</p>
2015	Não consta no relatório Anual	Não consta no relatório Anual

(VALE S.A 2008b; 2009b; 2010b, 2011b, 2012b, 2013b, 2014b, 2015b apud LEITE et al. 2016, p.9-11).

O que se observa por meio da coleta e análise de dados é que os resultados obtidos sugerem que houve evolução da evidenciação ambiental relacionada aos dispêndios nos Relatórios de Sustentabilidade, no entanto, essa evolução não se confirmou nos Demonstrativos Contábeis, o que sugere que as informações não são fidedignas e a falta de evidenciação de informações ligadas ao disclosure ambiental impossibilita ao usuário externo fazer análises relativas à situação financeira, econômica e patrimonial vinculada a esses assuntos (SANTOS et al., 2011).

De acordo com as informações apresentadas em 2012, a Vale S.A divulgou que do montante total aplicado na área ambiental, correspondente a US\$ 1, 025 bilhões, 66% foram aplicados no Brasil. Do total de dispêndios ambientais 25% representam dispêndios voluntários e 75% referentes a requisitos legais (VALE S.A 2012^a apud LEITE et al. 2016, p.7).

A tabela a seguir aponta os investimentos ambientais e os percentuais de dispêndios voluntários realizados pela Vale S.A. nos anos de 2008 a 2015.

Tabela 4: Percentuais de dispêndios voluntários de 2008 a 2015

Ano	Montante investido - em US\$	Dispêndios voluntários - em %
2008	678 milhões	Sem informação
2009	580 milhões	Sem informação
2010	737 milhões	Sem informação
2011	1,030 bilhão	15,0
2012	1,025 bilhão	25,0
2013	1,015 bilhão	27,0
2014	864,8 milhões	37,0
2015	572,0 milhões	Sem informação

(VALE S.A. 2008a, 2009a, 2010a, 2011^a, 2012a, 2013a, 2014a, 2015^a apud LEITE et al., 2016, p.12)

Nota-se, portanto, que a empresa Vale S.A tem apresentado disclosure voluntário, contudo, muito se tem discutido sobre o nível de transparência das informações divulgadas pelas empresas em relação aos temas que foram (ou não foram) cobertos, a profundidade das informações e a disponibilidade de indicadores quantitativos que permitam comparações entre empresas (OLIVEIRA; SOUZA; FORTE, 2014).

Em 2013, a Vale S.A. aplicou US\$ 1,015 bilhões em iniciativas ambientais. No ano de 2014, a Vale S.A. destinou US\$ 864,8 milhões à proteção e conservação ambiental. E por fim, em 2015, a Vale S.A. divulgou que investiu US\$ 572,0 milhões com controles ambientais; que a redução dos dispêndios ambientais se deve a simplificação da estrutura corporativa e a redução de ativos e da carteira de projetos; e que outro fator que contribuiu para essa redução foi a mudança na contabilização da categoria de Barragens e Pilhas, com investimentos na ordem de US\$ 200 milhões, que passaram a ser contabilizados como dispêndios operacionais. (LEITE et al. 2016, p.9)

Diante das informações coletadas nota-se que a Mineradora Vale S.A apresentou de maneira evolutiva os dispêndios relacionados ao meio ambiente, apresentando, deste modo, preocupação quanto ao disclosure ambiental, oferecendo, periodicamente informações aos acionistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela a importância da Contabilidade frente ao sucesso empresarial, sugerindo, portanto, a transparência e confiabilidade no contexto dos relatórios apresentados aos acionistas, para que assim, a empresa possa tornar-se mais eficiente e produtiva.

E em resposta a problemática: Houve evolução no *disclosure* das relações ocorridas entre a empresa Vale S.A. e o meio ambiente no período de 2008 á 2015? O estudo demonstra que essa empresa se evidencia no mercado, apresentando periodicamente relatórios de dispêndios ambientais e que esses evoluíram-se no decorrer desses anos, contudo, esses dados não forma mencionados nas Demonstrações contábeis.

O estudo é de extrema relevância, pois evidencia a importância da contabilidade, que neste contexto, deve ser estabelecida como um instrumento de organização, fiscalização e transparência, assegurando, portanto, que as informações sejam dadas de forma precisa aos seus acionistas, amenizando, deste modo, possíveis perdas, como as acontecidas em virtude do ocorrido em Mariana-MG, em 05 de novembro de 2015.

Seguindo o pressuposto, a pesquisa revela ainda a importância da concretização do disclosure de provisão, ativo e passivo contingente, pois, acredita-se que inúmeros desafios poderão ser amenizados, principalmente os relacionados possíveis danos que determinada empresa pode ocasionar ao meio ambiente, pois, esses danos estão diretamente relacionados a fatores econômicos, e tornam-se, portanto, necessário frente ao sucesso empresarial.

A Vale S.A se destaca em diversos setores, apresentando premiações e reconhecimento em virtude da divulgação de seus relatórios, e demonstra ainda robustez no disclosure voluntário, oferecendo, portanto, informação que estão além de seus deveres.

Contudo, nota-se que embora haja essa preocupação nota-se a ineficiência quanto a transparência de informações, o que se evidencia ainda mais após o rompimento da barragem de minérios na cidadã de Mariana-MG.

Nota-se que a contabilidade apresenta inúmeras contribuições para as empresas, e, sobretudo, para a concretização de informações condizentes com a real situação empresarial.

Sugere-se, portanto, que as próximas pesquisas evidenciem o papel do contador, e a responsabilidade ambiental como fatores de desenvolvimento econômico e social.

Por meio da contabilidade uma relação harmoniosa poderá se efetivar entre as funções fiscais e atributos organizacionais, e deste modo, a contabilidade demonstrará características gerenciais, oportunizando responsabilidade no processo decisório da empresa, oferecendo informações precisas para os administradores e acionistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKERLOF, George. O mercado de "limões": incerteza de qualidade e mercado mecanismo. *Quarterly Journal of Economics*, v. 84, p. 488-500, 1970.
- ALBUQUERQUE, João Henrique Medeiros de. Et al..Demonstrações Contábeis: Um Estudo da Contribuição à Tomada de Decisões Ambientalmente Saudáveis. In: *Engema – Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, 9, Curitiba, 9, 2007.
- ALENCAR, Roberta. Nível de disclosure e custo de capital próprio no mercado brasileiro. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ANDRADE, SANTOS, CÉZAR. Contabilidade Ambiental: Nível de conhecimento dos profissionais da Área Contábil de Itaperuna. In: *Revista Transfromar*.2015.
- BAUMOL, W.J. e OATES, W.E., A teoria da política ambiental. Nova York, Cambridge University Press, 1993.
- BEETS, S .Douglas; SUL, Cristopher C. Relatórios ambientais corporativos: a necessidade de padrões e um serviço de garantia ambiental. *Accounting Horizons*, v.13, nº 2, junho 1999.
- BENS, Daniel; MONAHAN, Steven. Qualidade de divulgação e excesso de valor da diversificação. *Journal of Accounting Research*, v. 42, p. 691-730, 2004.
- BORBA, Paulo da Rocha Teixeira. Relação entre desempenho social corporativo e desempenho financeiro de empresas no Brasil. 2005. 127f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BOTOSAN, Christine. Nível de divulgação e custo do capital social. *The Accounting Review*, v.72, p. 323-349, 1997.
- BOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Mercado/RendaVariavel/Indices/FormConsultaPresentacaoP.asp?Indice=ISE>>. Acesso em: 13 agosto. 2017.
- BRAGA, P.; PINHO, D. R. A evidenciação contábil ambiental. In. BRAGA, C. Contabilidade Ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade. Célia Braga. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRAGA, Marcio Bobik, PAULANI, Leda Maria. A Nova Contabilidade Social: Uma Introdução à Macro Economia. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BREMENKAMP, Fabiano Helmer et al. Análise do *disclosure* relacionado a acidentes ambientais da Petrobras após a Lei nº 11.638/07. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 6. n. Especial, p. 67-83, 2011.

BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. *Gestão Ambiental: instrumentos e práticas*. Brasília: IBAMA, 1994.

CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. *ISO 14001: manual de implantação*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

CAMPANHOL, E.M.; ANDRADE, P.; ALVES, M.C.M. *Rotulagem Ambiental: barreira ou oportunidade estratégica?* 3. ed. São Paulo: Revista eletrônica de Administração – Facef, 2003.

CESAR, J. F.; SILVA JUNIOR, A. *A relação entre a responsabilidade social e ambiental com o desempenho financeiro: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006*. In: II CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS. 2008, Salvador. Anais... Salvador: ANPCONT, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução CFC nº 1.003/2004. Aprova a NBC T 15: informações de natureza social e ambiental*. Brasília, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade gerencial: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, S. A. *Contabilidade Gerencial; Teoria e Prática*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DARÓS, L. L. *Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma comparação entre as informações divulgadas no Brasil e nos Estados Unidos pelas empresas brasileiras emitentes de American Depositary Receipts – ADRs*. UFSC: Florianópolis, 2006. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Contabilidade - Mestrado em Contabilidade).

DERANI, Cristiane. Daniel Antônio de Aquino Neto. *Hileia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia*, ano 5, n.9. *Valoração Econômica dos Bens Ambientais*, UEA Edições, 2007.

DIAS, Claudevi Pereira; LIMA FILHO, Raimundo Nonato; SILVA, Thiago Bruno de Jesus; PINHEIRO, Francisco Marton Gleuson. *Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras*. In: V Congresso de Controladoria e Finanças da UFSC – Iniciação Científica em contabilidade. 2014.

DIAS FILHO, José M. *Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade*. Anais do XXXI Encontro da ANPAD (2007).

DOWLING, J., PFEFFER, J. 1975. *Legitimidade organizacional: social, valores e comportamento organizacional*. *Pacific Sociological Review*, 18 (1): 122-36.

FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa. *Uma Contribuição para a Gestão Econômica do Meio Ambiente um enfoque de sistema de informações*. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1998.

FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa. *Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável*. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, Araceli Cristina de Souza. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FERREIRA, D. D. M.; BORBA, J. A. e ROSA, C. A. As contingências ambientais das empresas estrangeiras que publicam suas demonstrações financeiras em IFRS no mercado norte americano. Revista Universo Contábil, 10(3), p. 134-154, julho/setembro, 2014.

FIGUEIREDO, Sandra; FABRI, Pedro Ernesto. Gestão de empresas contábeis. 1.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2000.

FRANCO, H. A. Contabilidade na Era da Globalização: Temas Discutidos no XV Congresso Mundial de Contadores, Paris, de 26 a 29 Out. 1997. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GOMES, E. A. Estudos sobre os níveis de disclosure adotados pelas empresas brasileiras e custo de capital. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração)– Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo: Mackenzie, 2006.

HENDRIKSEN, E, S.; BREDA, M. F. V. Teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico. São Paulo: Campus. 7ª. edição. 1981.

IBRACON - Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBRACON). NPC 27. Disponível em: www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm. Acesso em: 27 set. 2017.

ISLAM, M.A .; DEEGAN, C. Motivações para uma organização dentro de um país em desenvolvimento para denunciar informações de responsabilidade social: evidências de Bangladesh. Jornal de Contabilidade, Auditoria e Responsabilidade, v. 21, n. 6, p. 850-868, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. Introdução à Teoria da Contabilidade. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Introdução a Teoria da Contabilidade: Para o nível de graduação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade (9a ed.) São Paulo: Atlas. 2009.

KRAEMER, M.E.P. Contabilidade Ambiental como sistema de informações. Revista Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte – MG, v. 12, n. 3, p. 71-92, dez. 2001.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade ambiental como sistema de informações. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 133, p. 69-83, jan./fev. 2002.

KRAEMER, M. E.P. Contabilidade Ambiental: O Passaporte para a Competitividade. CRCS&Você – Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 25-40, dez/2001 – mar/2002.

LEITE, Manoel Ervano; RIBEIRO, Alexandre Alvares; PIRES, Mirian Albert; ARRIGONI, Fernando José. Disclosure Relacionado aos Dispêndios Ambientais da Vale S.A após a aprovação da Lei nº 11.638/07: Um estudo sobre sua evolução. 2016.

LINS, L. dos S.; SILVA, R. N. S. Responsabilidade sócio-ambiental ou greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 9., Curitiba, 2007. Anais... Curitiba: ENGEMA, 2007.

LOPES, B. Alexsandro; MARTINS, Eliseu. Teoria da Contabilidade – Uma nova Abordagem. São Paulo: Atlas, 2007.

LOURENÇO, A. G. e SCHRODER, D. S. Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. Em Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. (Vol. 2, pp. 77-119). São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos.2002.

MACIEL C.V. et. al.. Contabilidade Ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade. Revista Contemporânea em Contabilidade, vol. 1, num. 11, 2009.

MACHADO, Márcia Reis; NASCIMENTO, Artur Roberto do; MÚRCIA, Fernando. Análise crítica - epistemológica da produção científica em contabilidade social e ambiental no Brasil. 19 In.: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2009.

MALACRIDA, Mara; YAMAMOTO, Marina. Governança corporativa: Nível de evidênciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do IBOVESPA. Revista Contabilidade e Finanças, Edição Comemorativa, p. 65-79, 2006.

MALAQUIAS, R. F.; LEMES, S. *Disclosure* de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade: evidências empíricas de empresas brasileiras. Brazilian Business Review (BBR) - FUCAPE, Vitória, v. 10, n. 3, Art. 4, p. 85-112, julho/setembro 2013.

MARTENDAL, Alair;UHLMANN, Vivian O.; VIEIRA, Eleonora M. F.; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Contabilidade Ambiental: nível de conhecimento dos profissionais contábeis da grande Florianópolis. Revista Enfoque Reflexão Contábil. v. 32, n. 1, p. 29-47, Jan/Abr, 2013.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis - Contabilidade empresarial. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 8° Ed. São Paulo: Atlas, 2003/2008.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003/2007

MELO, J. F. M. M.; OLIVEIRA, K. E. A.; PORDEUS, A. M. O. G. Evidenciação do Passivo Ambiental: Um Estudo nas Companhias Elétricas Cadastradas no ISE 2014. In: Centre for Social and Environmental Accounting Research (CSEAR) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil - 29 e 30 de junho de 2015.

MENEZES, B. S. de; ARRUDA, A. T. F. F. P.; CABRAL, A. C. D. A.; SANTOS, S. M. dos; Silva, M. N. M. In: XVI ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo, SP, Brasil - 2014.

MONTEIRO, Paulo Roberto Anderson. A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD. In: : um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD. In: 30º Encontro da ANPAD. Anais... Salvador: ANPAD, 2008.

MOSKOWITZ, Milton. Escolhendo ações socialmente responsáveis. Negócios e Sociedade, Primavera, 1972.

NEGRA, C. A S. Perícia contábil ambiental. In CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, 7., 2001, Belo Horizonte. Anais da VII Convenção de Contabilidade de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2001. CD-ROM.

NOSSA, Valcemiro; CHAGAS, José Ferreira. Usando programação linear na contabilidade decisória. Vitória: FUCAPE, 2003.

NOSSA, Valcemiro. Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível Internacional. São Paulo: FEA/USP, 2002.

NOSSA, Valcemiro, CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Uma análise do conteúdo do disclosure ambiental de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. In: XXVII ENANPAD, 2003, Atibaia. Anais... São Paulo: ANPAD, 2003. 1, CD-ROM.

NOSSA, Valcemiro; Jesuina Figueira Cezar, Annor da Silva Júnior, Sylvania Neris Nossa. A Relação entre o retorno anormal e a responsabilidade social e ambiental: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006. BBR – Brazilian Business Review, Vitória, v. 6, n. 2, p. 121-136, maio/ago. 2009.

OLIVEIRA, O. V.; SOUZA, G. A.; FORTE, S. H. A. C. Evidenciação de Informações de Desempenho Social e Ambiental nos Relatórios de Sustentabilidade dos Bancos Internacionalizados Brasileiros. In: GECAMB – CONFERENCE ON ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AND ACCOUNTING (A CSEAR PORTUGUESE CONFERENCE), 6., 2014, Anais... Leiria: GECAMB, 2014.

OTT, Ernani. DALMAGRO, Caroline. Gestão e Contabilidade Ambiental em Empresas do Rio Grande do Sul. In: Congresso Brasileiro de Custos, 9., 2002, São Paulo. Anais. São Paulo: ABC, 2002. CD ROM.

PADILHA, Norma Sueli. Fundamentos constitucionais do direito ambiental brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PAIVA, Paulo Roberto de. Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

PARSA, Sepideh; KOUHY, Reza. Divulgação de informações sociais pelas empresas do Reino Unido: um caso da teoria da legitimidade. Global Bussiners uma revisão econômica. Set, 2001.

PIZZOLATO, N. D. Introdução à Contabilidade Gerencial. 2.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

QUEIROZ, E.L.S. A Contabilidade como um Instrumento de Gestão Ambiental Empresarial e sua Contribuição a Melhoria da Qualidade de Vida Planetária. Revista Pensar Contábil – CRC/RJ. Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Maísa Souza. Contabilidade e meio ambiente. 1992. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil, 1992.

RIBEIRO, M. de Souza. Custeio das atividades de natureza ambiental. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – FEA/USP, 1998.

RIBEIRO, M. de S. Contabilidade ambiental. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Maísa de Souza. O tratamento contábil dos créditos de carbono. Ribeirão Preto, 2006.

RIBEIRO, Maísa de Souza, MARTINS, Eliseu. Ações das empresas para a preservação do meio ambiente. Boletim nº 415 da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, 28/09/98, p. 3-4.

RIVAS, Alexandre. Economia e valoração de serviços ambientais utilizando técnicas de de preferencias declaradas. Manaus, EDUA, 2014.

ROVER, S. (2013). Disclosure socioambiental e o custo de capital próprio de companhias abertas no Brasil. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

SÁ, A. L. de. História geral e das doutrinas da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S. ; BRUNI, A. L. ; DIAS FILHO, J. M.. Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. Revista Universo Contábil, v. 8, p. 105-122, 2012.

SANTOS, Marcio Gonçalves dos. Análise da Sustentabilidade nas Indústrias Frigoríficas Exportadoras de Carne Bovina do Estado de Mato Grosso do SUL- Dissertação de mestrado em Agronegócio. 2010.

SANTOS, Vanderlei dos et al.. Evidenciação das operações com créditos de carbono nos relatórios da administração e nas notas explicativas. Revista de Gestão - REGE, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 53-73, jan./mar. 2011.

SANTOS, A. R. P; ROCHA A; SANTOS, E. C. A; SANTOS R. G. Contabilidade Ambiental: Uma Contribuição da Ciência Contábil a Sustentabilidade da Gestão Ambiental Autores. s/d.

SERÔA DA MOTTA, R. Manual para valoração econômica de recursos ambientais. 1997.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: Orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA et. al.. A Auditoria como Instrumento Gerencial de Apoio à Preservação do Meio Ambiente. Contabilidade Gestão e Finanças – Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul/dez 2009.

PAIVA, Paulo Roberto de. Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

PITZER, Marty; ELWOOD, Holly. EPA - Uma introdução à contabilidade ambiental como uma ferramenta de gerenciamento de negócios: conceitos e termos chave. Agência de Proteção Ambiental dos EUA. Design para o Programa de Meio Ambiente. Projeto de Contabilidade Ambiental. Escritório de Poluição. Prevenção e tóxica. Washington, D.C. 20460. EPA 742-R-95-001, junho de 1995.

TINOCO, João E. P; KRAEMER, Maria E. P. Contabilidade e Gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

UNCTAD / ISAR - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Grupo de Trabalho de Desenvolvimento / Intergovernamental sobre Normas Internacionais de Contabilidade e relatórios. Contabilidade financeira ambiental e relatórios a nível corporativo. Genebra: Nações Unidas, 1997.

VALE S.A. Companhia Vale do Rio Doce – Relatório Anual. 2006.

VALE S.A. Relatório de sustentabilidade 2008. 2008a. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2008.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

VALE S.A. Relatório de sustentabilidade 2009. 2009a. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2009.pdf>>. Acesso em: 20 set .2017.

VALE S.A. Relatório de sustentabilidade 2010. 2010a. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/Relat%C3%B3rio_Sustentabilidade_Port_2010.pdf>. Acesso em: 21 set. 2017.

VALE S.A. Relatório de sustentabilidade 2011. 2011a. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2011.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.

VALE S.A. Relatório de sustentabilidade 2012. 2012a. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2012.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.

VALE S.A. Relatório de sustentabilidade 2015. 2015a. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2015.pdf>>. Acesso em: 18 set.2017.

VARIAN, Hal R.. Micro economia:princípios básicos. 5 ed. Rio de Janeiro : Campus, 2000.

VELLANI, C. L.; RIBEIRÃO, M. S. A Sustentabilidade e a Contabilidade. In: Simpósio de administração da produção, logística e operações internacionais, 2006, São Paulo. Anais do IX SIMPOI. São Paulo: FGV/EAESP, 2006.

VERRECCHIA, Robert. Ensaio sobre divulgação. *Journal of Accounting and Economics*, v. 22 p. 97-180, 2001.

WELKER, Michael. Política de divulgação, assimetria de informações e liquidez no patrimônio mercados. *Contemporary Accounting Research*, v. 11, p. 801-827, 199

ZAROWIN, S. 1997. O futuro das finanças: desafio ou ameaça? *Journal of Accountancy*, 183 (4): 38-42.